

*D. Duarte de Bragança **

Quando em Setembro de 1999, após 25 anos de ocupação e terror, os timorenses foram consultados, espantaram o Mundo com a sua coragem e civismo e irritaram profundamente os militares indonésios ao recusarem claramente a anexação ao país vizinho.

No referendo foi-lhes perguntado se aceitavam a proposta de uma autonomia alargada debaixo da soberania indonésia. Caso recusassem a proposta, a administração indonésia retirar-se-ia do território. No acordo previamente estabelecido entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios das Nações Unidas ficou também estabelecido que caso a proposta indonésia fosse derrotada, Timor regressaria à situação que tinha antes de 1975, ou seja, seria reconhecida a soberania portuguesa no território. Dizia também que neste caso ficaria aberto o caminho para a futura independência do território. No entanto, nem os dirigentes portugueses nem os timorenses, aceites por consenso pelo povo mas não legitimados por alguma eleição, têm o direito de decidir o futuro do povo timorense sem o consultar, e neste momento a única consulta feita foi o referendo. Portanto, a situação jurídica de Timor continua a ser a que era em 1975 apesar de o governo de Lisboa ter entregado a resolução do problema timorense, e agora a administração do território, às Nações Unidas.

Este problema pode ser incómodo para os políticos portugueses e timorenses pois para os de cá levanta fantasmas relacionados com a descolonização e com suspeitas de neo-colonialismo e para os de lá pode levantar os fantasmas que em 1975 dividiram a UDT e a Fretilin. Mas passaram-se 25 anos desde o conflito interno que opôs os dois partidos timorenses e que, graças à vergonhosa fuga de alguns representantes da administração portuguesa, abriu as portas à invasão indonésia. Poucos povos no mundo terão demonstrado tanta coragem e firmeza nas suas convicções e ninguém tem o direito de lhes negar os seus legítimos direitos políticos. Por informações que me vão chegando e troca de impressões

* Duque de Bragança.

com personalidades timorenses com quem mantenho contacto há longos anos, tudo leva a crer que estão em aberto várias opções para além da independência pura e simples. Uma dessas opções seria a instauração do estatuto de Estado associado com Portugal. É possível que a maioria dos timorenses queira uma independência pura e simples mas é também possível que a maioria do povo queira conservar a nacionalidade portuguesa, sem por esse motivo recusar a independência.

Juridicamente, esta solução seria o Estatuto Associado, mantendo em comum com Portugal a cidadania (nacionalidade comum), a defesa e os negócios estrangeiros. Quando Portugal aderiu à União Europeia, Timor era juridicamente território português sob ocupação indonésia. Por isso, hoje, a União Europeia não pode recusar Timor como território associado caso essa seja a vontade expressa pelos timorenses.

O contrário seria inadmissível considerando ainda por cima que hoje existem no Pacífico 11 territórios da União Europeia. Do ponto de vista australiano seria preferível que Timor ficasse ligado à Austrália. Concordo em que será benéfico para Timor estabelecer acordos económicos com a Austrália e com a Indonésia pois o seu futuro dificilmente será viável sem uma boa colaboração com os dois poderosos vizinhos. No entanto, esses vizinhos têm ambições geo-estratégicas sobre o pequeno território. As ambições indonésias são infelizmente bem conhecidas, e apesar da simpatia e das boas intenções do actual Presidente da República ninguém nos garante que os militares não possam retomar o poder se as coisas correrem mal. Por outro lado, os australianos sempre consideraram a excepcional importância militar de Timor como última linha de defesa contra um ataque asiático. Neste momento, também dão muita importância aos recursos energéticos do mar de Timor para o desenvolvimento do norte da Austrália. Por esses motivos uma associação com Portugal e portanto com a União Europeia poderá garantir a Timor um apoio político e militar mais desinteressado e sem os perigos levantados pelas outras hipóteses. Teria também a vantagem de permitir ao povo timorense continuar uma associação de mais de 400 anos que, embora com altos e baixos, foi globalmente positiva e marcou profundamente a emotividade dos dois povos envolvidos.

A instabilidade política que tem agitado a maior parte das pequenas nações independentes do Pacífico originada por poderosos interesses económicos estrangeiros que manipulam as divergências políticas e étnicas desses territórios poderá também ser um bom argumento para a tese da associação.

Estou intimamente convencido de que os dirigentes timorenses caldeados por 25 anos de luta e resistência saberão encontrar a melhor solução independentemente das pressões políticas externas e conduzirão a sua pátria pelos caminhos que permitam ao seu povo alcançar a felicidade.

INCOERÊNCIAS

Após a vitória do «não» no referendo, os militares indonésios aplicaram com zelo as ordens recebidas do Ministro da Defesa (segundo revelou o actual Presidente da República) e destruíram cerca de 90% dos edifícios em Timor, em particular todas as instalações da administração e serviços públicos. Foram poupadas as Igrejas e o palácio do governador, e em geral a cidade de Baucau, graças à hábil e corajosa negociação desenvolvida pelo Senhor Bispo D. Basílio do Nascimento.

Seria normal que a comunidade internacional obrigasse a Indonésia a pagar os estragos e a indemnizar as vítimas, mas, mais uma vez parece que os indonésios vão deixar impunemente de cumprir as suas obrigações. Ninguém os quer ofender, são bons parceiros de negócio. Ora bastaria reter na fonte 5% de todos os empréstimos que lhes forem concedidos, a favor de um fundo para Timor!

O Sr. Sérgio Vieira de Melo, administrador nomeado pelas Nações Unidas declarou que «pela primeira vez as Nações Unidas têm a oportunidade de pôr em prática as suas utopias». Esta afirmação pode ser um bom sinal ou, pelo contrário, um mau prenúncio. Ainda não anunciaram as suas intenções, e na prática dão a impressão de ligar muito pouco às opiniões dos timorenses.

Entre funcionários e militares estão lá mais de dez mil estrangeiros. Um simples polícia da PSP ao serviço das Nações Unidas ganha mil e duzentos contos/mês. A nossa GNR em Timor ganha 200 contos/mês, e um polícia timorense, 20 contos...

O CNRT, que desde o referendo representa oficialmente o povo timorense, não tinha (em Junho) um escritório equipado e meios minimamente suficientes para trabalhar. Parece que agora está melhor. Não há um Cartório Notarial. Os bancos indonésios não pagam o dinheiro dos depósitos que têm em Timor. Os cerca de 2000 enfermeiros timorenses não recebiam salários e os médicos timorenses andavam a dar vacinas pagos por alguma ONG mais sensata. A ajuda europeia, desde carros de bombeiros a livros escolares, foi de avião a um custo cerca de dez vezes superior ao do transporte por navio, que demora dois meses a chegar da Europa. Entretanto, a moderna tipografia que em Maio foi entregue à Diocese de Baucau não tem funcionado por falta de meios para a pôr a trabalhar. Poderia produzir grande parte dos livros necessários. Os antigos funcionários administrativos indonésios recebiam salários pagos por um país europeu mas nenhum trabalho lhes era pedido em troca, provocando a revolta justificada da restante população.

Cito alguns exemplos de erros praticados para demonstrar os riscos de virem a ser cometidos no território os mesmos erros que têm sido feitos em tantos outros países que «beneficiaram» da ajuda internacional. Curiosamente, à semelhança do que sucede em outros locais, as N.U. e as ONG recusam cooperar

com as Dioceses e as missões católicas, única estrutura que funciona com eficácia e com baixos custos. O governo português tem sido aqui uma honrosa excepção. A preocupação de «serem não confessionais» não os deveria levar ao facciosismo anti-religioso.

UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O estado de destruição do território permitiria planear a reconstrução em moldes novos, baseando-se na cultura do povo e seus recursos e em tecnologias do ambiente. Por exemplo, o uso do adobe, cujas matérias-primas são o barro e a palha comprimidos em moldes e secos ao sol, poderia substituir com grandes vantagens os blocos de cimento e os tijolos clássicos. É um material muito isolante, e seria fabricado localmente nas aldeias. É utilizado hoje nos Estados Unidos em construções de até dois pisos. Alguém perderá o negócio da importação de cimento...

No Alentejo, em Angola, etc., podemos ver casas feitas em adobe há vários séculos e que aguentaram no tempo melhor do que os prédios de cimento de há 50 anos.

O próprio urbanismo das vilas no interior poderia ser revisto em bases ecológicas e humanistas. Desse modo Timor poderia ter como uma imagem de marca no mundo uma arquitectura e um urbanismo verdadeiramente inovador e ecológico.

O café é em parte exportado com a garantia de ser produzido em agricultura biológica. Se tal fosse o caso com o arroz poderiam exportá-lo por bom preço.

Os programas do novo ensino oficial deveriam também ter o cuidado de evitar reproduzir os erros que são cometidos na Indonésia, e pior, em Portugal. Deveriam ser estudados no sentido de preparar as crianças para a vida real que as aguarda, e não como em Portugal, para preparar os filhos da burguesia urbana para a Universidade...

O próprio molde político pode condicionar o desenvolvimento económico. Se o governo sair de um parlamento eleito por listas partidárias, provavelmente toda a administração pertencerá a pessoas do partido vitorioso. Se os deputados forem eleitos a título pessoal, não haverá oficialmente um partido vencedor, e o chefe do governo (eleito ou escolhido pelo parlamento) ficará livre de escolher as pessoas mais competentes, independentemente da sua cor política.

Infelizmente, esta proposta dificilmente será aceite e o mais provável será uma Constituição no género da portuguesa, que já deu resultados desastrosos em Angola. A existência de um Senado não eleito, com a representação da Igreja, dos muçulmanos e dos principais liurais ou chefes tradicionais poderia ter um excelente efeito moderador na vida política.

O outro caminho seria o de reproduzir o modelo da maioria dos pequenos Estados independentes do Pacífico, que têm economias pobres, dependentes do exterior, e em benefício de uma pequena elite dirigente. Às vezes essa elite é derrubada por um golpe de sargentos ou de polícias que acharam que chegou a vez deles acederem aos benefícios do poder...